

O diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, e o próprio secretário do Tesouro norte-americano, Donald Regan, já fizeram declarações inequívocas —

o Brasil somente receberá os US\$ 6,5 bilhões dos bancos comerciais e os restantes US\$ 4,7 bilhões do Fundo, Banco Mundial e BID, necessários para fechar as contas deste ano e de 1984, se cumprir rigorosamente as metas acertadas na Cartas de Intenções, referentes a diminuição do "déficit" público e da taxa de inflação, bem como a obtenção dos saldos comerciais favoráveis (de US\$ 6 bilhões neste ano e de US\$ 9 bilhões em 1984).

Como um "lembrete" da vinculação das metas com a liberação do dinheiro, ficou acertado que somente em meados de novembro o Brasil poderá esperar as primeiras parcelas deste dinheiro. Até lá, terá que apresentar resultados, como a queda da inflação e a aprovação do Decreto-Lei 2.045 pelo Congresso Nacional. Embora o governo insista em dizer que o 2.045, limitando os reajustes salariais em 80 por cento do INPC, não faz parte dos compromissos assumidos com o FMI, quem conhece a cartilha do Fundo garante que contenção salarial representa um dos pilares do programa de austeridade que o FMI exige dos países que recebem sua ajuda.

Diante deste quadro, a grande pergunta é saber se as metas projetadas são viáveis. A equipe econômica do governo, disciplinadamente, responde que sim e alinha dezenas de argumentos para justificar sua confiança. Empresários, políticos e professores manifestam em coro seu ceticismo dizendo que o programa é impossível de ser cumprido em prazos tão exigüos. Alguns vão mais longe afirmando que "é bom que seja impossível cumprir as metas, porque abrirá caminho para outro tipo de negociação, uma vez que o ajustamento exigido pelo Fundo traria consequências sociais insustentáveis para o Brasil, com a total desestruturação da economia".

Esta é a opinião do professor Dércio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília (UnB), PHD em Economia Internacional, que advoga, como solução para nossa dívida externa, uma proposta aos bancos no sentido de conseguir empréstimos novos automáticos para as amortizações e juros vencidos, enquanto todos se sentam à mesa para renegociar mudanças estruturais no distorcido sistema financeiro mundial. Segundo ele, esta proposta teria a vantagem de manter o País operacional e o balanço dos bancos Transnacionais fora do vermelho, enquanto se processarem as renegociações globais, necessariamente um processo longo e doloroso.

E se os bancos não aceitarem esta proposta? Sua resposta é pronta: "Então o Brasil declararia a moratória, aproveitando o fato do País ter um peso político importante no mundo, e ser detentor de uma dívida tão grande que, sozinha, pode desbaratar todo o sistema financeiro internacional. O que o governo brasileiro precisa é usar seu prestígio internacional e o tamanho de sua dívida como arma, sem timidez ou vergonha de impor uma solução".

O Professor Munhoz lembra a grande pressão internacional que houve sobre os países endividados para que não se formasse uma espécie de OPEP dos devedores. "Na reunião de Caracas, no mês passado, o governo norte-americano usou sua força para esvaziar o encontro, chegando mesmo a acenar com algumas promessas, para desencorajar os países latino-americanos a se unirem na busca de uma solução única para seus problemas de dívida. O Brasil se comportou como bom menino, baixou a cabeça e nada fez, porque o governo acreditou ser errado uma cartelização dos endividados".

Segundo Munhoz, um mês depois o Brasil se viu obrigado a aceitar a formação de um cartel de seus credores, com a imposição do FMI de coordenar a negociação da dívida brasileira junto aos bancos internacionais, Clube de Paris, Banco Mundial e BID. "Não pode ter havido uma decisão do governo brasileiro em delegar ao FMI a



Munhoz diz que o ajustamento exigido pelo FMI desestruturará a economia brasileira

“O Brasil se comporta como um bom menino”

Laura Fonseca

tarefa de renegociar sua dívida. O que aconteceu foi uma imposição do Fundo neste sentido, cortando todas as possibilidades do Brasil conseguir bons termos de troca seja com o Clube de Paris, seja com os banqueiros internacionais".

Fontes governamentais contestam esta interpretação, dizendo que, desde o ano passado, quando a moratória mexicana fez com que fossem sustados os fluxos financeiros dos bancos transnacionais para o Brasil, toda liberação de novos recursos ficou sujeita à aprovação do FMI sobre o programa de austeridade a ser cumprido pelo Brasil. As fontes argumentam também que as consequências de uma moratória seriam dramáticas para o País, bem piores do que a imposição das medidas necessárias ao cumprimento das metas acertadas com o FMI.

Em relação às exportações, o Brasil prometeu um saldo comercial de US\$ 6 bilhões em 1983 e US\$ 9 bilhões em 1984. Segundo o chefe da assessoria econômica da Seplan, Akihiro Ikeda, os resultados deste ano estão praticamente assegurados — a balança comercial até setembro acumulou cerca de US\$ 5 bilhões — o que permite supor que a meta possa ser até superada. "Quanto ao próximo ano, a estratégia será manter as importações no mesmo nível deste ano, US\$ 16 bilhões, fazendo crescer as exportações de produtos agrícolas, cujos preços estão subindo, e confiar na maior abertura de mercado nos países industrializados para os manufaturados brasileiros, em consequência de uma retomada de crescimento da economia mundial".

Ikeda explica que a estratégia pressupõe duas premissas importantes — que a safra agrícola brasileira seja boa, sem necessidade de ser excepcional, "e que a recuperação norte-americana se consolide", o que é lícito esperar num ano eleitoral em que o presidente procura sua reeleição". Ele afirma que a quantidade de petróleo a ser importada vai baixar, em consequência do aumento de produção brasileira e do processo de substituição por outras fontes de energia.

"Estamos trabalhando com a hipótese de uma economia entre US\$ 1,2 bilhão e US\$ 1,4 bilhão em importações de petróleo,

o que criará uma maior folga para comprar matérias-primas e componentes para a indústria nacional, que teve sua demanda bastante comprimida em 1983", disse Ikeda. Ele admitiu, porém, que se os preços do petróleo subirem, "vai atrapalhar tudo".

Já o professor Dércio Munhoz mostra-se pessimista quanto à possibilidade de o Brasil cumprir as metas de saldos comerciais negociadas com o Fundo. "Para se conseguir US\$ 6 bilhões este ano, houve uma tremenda compressão de importações, com extensos prejuízos para a indústria nacional, gerando desemprego e recessão bem como graves tensões sociais. Os saques aos supermercados representam apenas o começo de uma convulsão social que, depois de instalada, será de difícil reversão. Não é, como muita gente pensa, um problema de polícia. Trata-se de um princípio de caos social".

Segundo o professor, caso o governo continue, em 1984, sua política de compressão de importações, esta situação será agravada, com consequências imprevisíveis. "É claro que o Brasil precisa exportar mais, porque é a única maneira de se gerar dólares", reconhece ele, "mas, isto somente seria possível com uma negociação ampla com os países industrializados, para que abrissem seus mercados aos produtos brasileiros. Com os dólares conseguidos, e uma renegociação de prazos e juros, poderia se colocar sob controle a dívida externa do Brasil. Qualquer tentativa realista neste sentido teria que incluir um compromisso de importação para produtos brasileiros, bem como uma pré-fixação dos juros a serem pagos pelos empréstimos, para impedir que uma brusca alta dos juros internacionais, conforme aconteceu entre 80/82, possa aumentar desmesuradamente os compromissos do Brasil. O acordo com o FMI, porém, somente inclui deveres para o lado brasileiro, nenhuma garantia, nem mesmo data certa para receber as parcelas".

Quanto ao compromisso de reduzir o déficit público até "zerá-lo" em 1984, o professor Munhoz se declara pessimista. "Isso é impossível de ser cumprido", e levanta a tese de que tal redução "nem seria boa para a economia brasileira". Num país

em desenvolvimento como o Brasil, esclarece Munhoz, "o Estado cumpre um papel importante como investidor e gerador de atividade econômica. Se estas funções foram substancialmente cortadas, a economia murchará, o setor privado vai empobrecer e o desemprego crescerá assustadoramente. Caso se deseje reduzir o déficit público aumentando as receitas, ou seja os impostos, as consequências serão as mesmas, o empobrecimento de empresas e empregados, esmagados sob o peso de tributos demasiado pesados".

O professor da UnB afirma que é salutar para a economia brasileira diminuir os gastos com projetos de longa maturação, e cortar custos nas empresas estatais e de administração pública onde excessos forem comprovados. "Mas, estes cortes representam uma parte mínima do que seria necessário economizar para cumprir a meta de zerar o déficit público em 1984. Pelos meus cálculos, seria necessário um corte de Cr\$ 11 trilhões nos gastos públicos, o que representa todo o orçamento do País para o próximo ano. Ou seja, o governo não poderia gastar um tostão durante o ano inteiro, nem com pessoal nem com investimento, para que o total das verbas orçamentárias fossem usadas para cobrir o atual déficit público", afirma.

"Como esta hipótese é obviamente inviável", prossegue ele, "resta a alternativa de dobrar os impostos para arrecadar não Cr\$ 11 trilhões em 1984, mas Cr\$ 22 trilhões, a metade para o orçamento, e o resto para zerar o "déficit" público. Nenhuma economia poderia sustentar um aumento semelhante de tributação sem quebrar totalmente. Portanto, é óbvio que os compromissos que o Brasil assumiu com o Fundo — em relação à dívida pública — não serão cumpridos. Aliás, todos os países do mundo mantêm déficits públicos maiores ou menores, e ninguém parece especialmente preocupado com isto. Faz parte da dinâmica do regime capitalista, especialmente em desenvolvimento, onde o papel do Estado precisa ser maior", explica Munhoz.

Ikeda não pinta o quadro do "déficit" público com cores tão negras, argumentando que, em 1983, já houve uma substancial diminuição desta dívida, com cortes no

custeio das estatais, diminuição do nível de investimentos e até dispensa de pessoal. "A aprovação do Decreto-Lei 2045 é fundamental para que se possa reduzir o "déficit", porque diminuirá bastante o peso da folha de pagamentos das estatais. Caso contrário, será necessário dispensar mais gente aumentando os níveis de desemprego no País", alertou Ikeda.

Ele concordou que a dívida pública também pode ser reduzida através do aumento de impostos, mas, negou que o governo estivesse preparando um pacote tributário para 1984, com vistas a aumentar bastante a arrecadação. O secretário da Receita Federal, Francisco Dornelles, por sua vez, já admitiu, porém, que um elenco de medidas estão sendo mesmo estudadas pelo governo, algumas já praticamente aprovadas, como o aumento de 4 para 6 por cento na taxa dos ganhos no "open market" e "overnight", a cobrança da TRU nos três primeiros meses do ano, para todos os veículos, independente do algarismo final da placa, e a criação de uma nova faixa de imposto de renda progressivo, com alíquota de 60 por cento para os contribuintes de mais altas rendas.

Com toda a certeza, estas medidas, e algumas outras ainda em estudo, aumentarão bastante a arrecadação do Estado para o próximo ano, resta saber se isso será suficiente para zerar o déficit público.

Quanto à inflação, tanto o professor Munhoz quanto Ikeda concordam que se trata do item mais difícil de cumprir. Pelo acordo com o FMI, a inflação dos três últimos meses do ano terá que ficar em torno de 5 por cento de taxa média mensal e, em 1984, decrescer até 2,5 por mês no último trimestre. Segundo Ikeda, o Brasil já tomou as medidas de ajustamento contra a inflação, como a maxidesvalorização do cruzeiro (de fevereiro), a diminuição dos subsídios, os reajustes de preços relativos ao petróleo, trigo e produtos agrícolas. "Agora que o efeito destas medidas vai se diluindo, as taxas de inflação começarão a cair", acredita.

Ikeda afirmou, porém, que a contenção dos salários, com a aprovação do 2045, é parte fundamental da estratégia de baixar a inflação, "porque vai quebrar a roda de realimentação — preços, salários, preços". Diminuir os reajustes, no seu entender, significa desvincular a inflação passada da inflação futura, porque se os salários continuarem subindo no ritmo da inflação os preços seguirão o mesmo nível, e a espiral nunca parará". Admitiu, que se a inflação não baixar, o peso de todo o sacrifício ficará sobre o assalariado. "O governo vai fazer um rigoroso gerenciamento de preços para se assegurar de que a inflação vai cair bastante e rapidamente", afirmou o assessor de Delfim Netto.

Com esta visão otimista não concorda o professor Munhoz, afirmando que a inflação do Brasil permanecerá sob impacto das "medidas saneadoras" do Fundo, como a retirada dos subsídios ao petróleo e trigo, bem como o reajuste cambial, durante muito tempo ainda. A isso ele chama de "etapas de propagação de um aumento primário de custo". Quando alguns custos primários são bruscamente aumentados, diz Munhoz, "seu efeito é multiplicador, e se propaga em ondas sucessivas, atingindo todos os demais produtos da economia, mesmo aqueles que aparentemente não tem vinculação com eles".

Munhoz contesta também o grande peso dos salários no processo inflacionário. "O aumento de salário é consequência da inflação e não causa dela. Sua contenção pode, no máximo, impedir que a curva da inflação continue a subir vertiginosamente como está acontecendo em 1983 (ver gráfico), mas não conseguirá trazer a curva para os patamares mais baixos dos anos anteriores.

Ele afirma, também, que somente um milagre poderá diminuir a inflação brasileira aos níveis e prazos previstos no acordo com o FMI. "Em setembro, a inflação será superior a 11 por cento: como acreditar que será possível contê-la em taxas médias de 5 por cento durante o último trimestre do ano? Infelizmente, meus conhecimentos de economia me tornam descrente de mágicas e milagres" concluiu Munhoz.